

“Vem, Baheté, com seu povo caminhar”

*Texto e fotografias por Daniela Alarcon



| Mulheres reunidas na aldeia Baheté, nov. 2010 |

As mulheres da Terra Indígena Caramuru/Paraguassu reuniram-se na aldeia Baheté, no fim de novembro passado, para discutir sua história, sua atuação política e seus direitos, no marco da luta do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe.

A aldeia localiza-se na região norte da TI, no município de Itaju do Colônia, distante de Ilhéus pouco mais de 120 km. A estrada que une Ilhéus a Itabuna é luxuriante. Infinitude de bromélias, abrigadas em árvores de copas achatadas, esparramadas. Em alguns adensamentos, cruzamos bancas de frutas, expondo cacaus suculentos. Nos dois lados do caminho, despontam ruínas – de casas simples sem telhado a barçaças para secagem de cacau, capelas e antigas sedes de fazenda. Com as cores amainadas pelo sol que cai, sugerem um bucólico do qual me arranco num repelão, fazendo desfilar nos campos e entre as árvores fileiras de espectros: índios massacrados para que lhes roubassem a terra; trabalhadores vindos do semiárido para serem escravizados aqui, em regime de dívidas, para perecer nos fornos e pisar sob o sol o fruto dourado. E então surge um pequeno cemitério, colado à estrada.

Seguimos contra a corrente, acompanhando o rio Cachoeira, da bacia do Sapetinga, que deságua em Ilhéus. Em Itabuna, encontro o rio forçando passagem entre ilhotas de mato e lixo, habitado por urubus, garças e barracos de ripa. À medida que nos afastamos do litoral, o horizonte é tomado por morros cor de grafite e perco suas águas de vista. Na aldeia Baheté, o mesmo rio – significativamente menos poluído – é chamado Colônia (daí o nome do município; Itaju significa pedra preciosa). Nele vou me banhar.

A existência de uma retomada indígena recente, ao sul da aldeia Baheté, deixara uma funcionária da Funai apreensiva quanto a nosso deslocamento. Evidentemente, não pelos indígenas, mas pela repressão. A retomada é mais um capítulo da luta pela terra Pataxó Hã-Hã-Hãe. Seu território (com pouco mais de 54 mil hectares) foi delimitado em 1937, estendendo-se pelos municípios de Itaju do Colônia, Pau Brasil e Camacan.

O mesmo órgão responsável pela delimitação – o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – passaria, em seguida, a arrendar parcelas da terra a não indígenas, abrindo caminho à violência dos fazendeiros e à expulsão de boa parte dos índios. O processo foi coroado nas décadas de 60 e 70, sob os governos de Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos, quando os fazendeiros invasores receberam títulos de propriedade. Apenas em 1982 a Funai apresentaria uma ação pedindo a nulidade desses títulos.

O caso, hoje, encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Um julgamento de 29 anos; ao menos 20 lideranças assassinadas (uma das quais, Galdino) e a Terra Indígena mantida *sub-judice*. A retomada, porém, fica fora de nosso caminho. Logo estamos na sede de Itaju do Colônia, já bastante próximos à aldeia Baheté.

Meu sangue se agradou do seu

Visualmente, a aldeia é marcada por duas construções sobre uma colina suave, atrás da qual corre o rio Colônia, escondido por uma inclinação do terreno; ao longe, um anel de montanhas. Mas na pele, de estar ali, a aldeia é vento e um passar de tempo peculiar (poderia descrevê-lo, com aparência de verdade, tanto como acelerado quanto como vagaroso, mas o que está em questão é: trata-se de outra substância do tempo). E me parece que vamos aprendendo a dosar o falar, quando entra o *gesto certo*.

É dona Maura Titiah quem primeiro me abraça. Já ouvira muito sobre ela, considerada figura destacada no movimento de mulheres indígenas; inclusive já havia lido alguns de seus depoimentos e intervenções em debates. Agora nos conhecemos, em afeição imediata e recíproca (dias depois, ela descreverá o encontro, mais uma vez certa e imersa em poesia; assim me escreveu um de seus filhos, Fábio: “a minha mãe disse que o sangue dela se agradou do seu”). Digo a ela que desejo saber mais sobre a história da aldeia. “Não é bonita”, responde. E a cada conversa, nos dias que passo ali, me conta um pouco mais. São sempre detalhamentos do que ela resumiu, com precisão, nesta primeira troca de palavras. “Muita discriminação eu passei nesse pedaço de chão com meus parentes. Muita judiação.”

Embora viva na aldeia Água Vermelha, no sul da TI, dona Maura envolveu-se profundamente na organização do encontro em Baheté. Isso porque, de um lado, considera que aqui estão as raízes do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe e, de outro, está determinada a apoiar os moradores de Baheté na reorganização da aldeia, processo ainda frágil e recente. “Cada uma [cada aldeia] tem história sofrida. E Baheté é a cabeça das outras aldeias”, diz.

Na região onde vive dona Maura, ao menos há muitos pés de cacau, entre outras plantações; aqui, o clima é mais seco e o solo, menos fértil. “Se vocês viessem vinte dias antes, iam ver a terra nua, semiárido”, nos conta o cacique de Baheté, Reginaldo. “Choveu, o verde tá chegando com força.” Na região outrora salpicada de ouricuris, o desmatamento deixou apenas campos abertos e arbustos ocasionais; para construir o malocão onde nos reunimos, foi preciso buscar palha em outra parte. Também o rio deixou de dar peixes como antes. Além disso, a área está infestada: “por parte desses escorpiões nós já perdemos crianças”, diz Guelene. A capina não preveniu que uma mulher fosse picada no segundo dia do encontro.

Há poucas construções em Baheté. Além do malocão, da escola e do diminuto posto de saúde desativado, agora se vê a casa de barro recém-erguida pelo cacique, “como exemplo”. Dona Maria Muniz se alegra e apela aos que ainda estão na cidade: “Voltem, façam sua casa nessa aldeia. Porque Baheté está nessa aldeia. Morreu, mas está sepultada aqui”.

Jandira, Maria Nega, Nenzinha, Maria Preta...

Baheté, última falante da língua Pataxó Hã-Hãe, pereceu em uma epidemia de cólera, em 1992. Suas palavras, hoje, estão fixadas em uma cartilha com 120 termos. Diz-se que tinha mais de cem anos e era “cismada”; viveu todas as etapas da “conquista” do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe.

O que hoje é a aldeia Baheté, antes, chamava-se Caramuru – o posto de “atração” do SPI. Traziam os índios da mata para a sede, me conta dona Maura; Baheté foi uma delas. Estamos ao lado da escola, onde antes se erguia a sede do posto, uma construção comprida, com grades para aprisionar os índios. Os que não morreram de sarampo foram ensinados a falar português. “Muito triste perder o idioma. Eles foi pegado no mato e judiado pra aprender português. Os pais tinham medo de ensinar [seu idioma]; fico triste de não saber”, dona Maura diz.

Com o domínio da língua, veio o aprendizado dos outros dotes da civilização. Quando “prontas”, as meninas – filhas e netas dos índios vindos do mato – tinham destinação certa. Dona Maura lembra de todas,

pequenas e descalças, reunidas diante da sede do posto. “Você olha as meninas que a gente tem, escolhe pra levar”. O chefe de posto dava [as meninas] pra quem vinha da cidade. Levavam pra criar, pra servir; muitas delas não voltavam. Cansei de ver muitas parentes minhas sendo levadas, pegadas pela madame pelo braço e colocada no carro. De Ilhéus, Itabuna, até do Rio de Janeiro. Saiu Jandira, Maria Nega, Nenzinha, Maria Preta. A última fui eu. É muito duro você ser criança, sair, ver a sua mãe chorando baixinho, sem poder fazer nada, porque o chefe de posto mandava. Eu chorava que nem desvalida porque sabia que ia ser desgarrada da saia da minha mãe. Eu tive que aprender tudo, pra tomar conta de uma criança.”

Dona Maura não sabe quanto tempo ficou em Itabuna. “Naquele tempo nós não contava anos.” Mas um dia acabou. “Dei meu dente na perna da patroa, arranquei pedaço. Quando eu cheguei, meu pai tava em cima de uma cama mprrendo, minha mãe fraquinha. Tava a Bahetá, Jorge, Dangi, Luzia, que foi matada [Luzia foi morta a facadas, pelo marido; o local de seu assassinato é conhecido como “morte sem vela”], Zequinha. Ficou tudo gravado na minha cabeça.”



| Da esq. para a dir., dona Maria Senhora, dona Maura e Dangi, nov. 2010 |

A partir de então, a menina que voltou, se já não podia aprender seu idioma, buscaria todo o conhecimento das mulheres da aldeia. Quando abraça dona Maria Senhora, diz que foi ela, junto às outras mulheres de idade, quem lhe ensinou a fazer seus remedinhos. “Elas são minhas professoras. Eu sei tirar as folhinhas no mato, fazer os remedinhos com carinho. Elas que me ensinaram.” Da garrafa pet, vertem o líquido marrom em uma pequena cuia – sabor a cravo e canela – enquanto rezas são sussurradas. “Nós vamos distribuir um remedinho no nosso ritual, não tenha cisma de beber, porque é para fortalecer nosso anjo da guarda.” Vão me oferecer? Sim! Circundamos as oferendas – flores, frutos, garrafadas – e, ao som suave dos maracás, dona Maura defuma as mulheres. Depois o toré tem início, os jovens entram na roda e o ritmo se intensifica. Descem nuvens azuladas, como uma segunda cadeia montanhosa, nuvens rosas, e mais vento. Elas estão aqui para lembrar “as agonias, os sofrimentos e as lutas”. “E botar pra valer.”

Ainda no malocão, converso com dona Maria Senhora e com uma segunda Maura. Dona Maria usa um adorno bonito sobre os cabelos longos, que mal começaram a embranquecer. Maura, um pouco mais jovem, também é linda. Tupinikim, veio do Espírito Santo exilar-se em Caramuru, devido a uma história trágica, que não posso contar. Terminadas as atividades, as duas irão se banhar no rio Colônia, que corta a aldeia. Também quero ir; “vamos juntas”, me dizem. Suas águas são tépidas e logo encontramos um bom lajedo. Levava um biquini na bolsa, mas diante do banho das duas, apenas de calcinha, não hesito em me somar.

(Se eu tivesse as palavras certas, escreveria um texto unicamente sobre o que é banho de rio em aldeia, cujos sentidos se me foram desvelando ao longo deste último ano.) E então o dia se despede.

“Eu tremia nesse tempo”

Em 1966, quando se armou em Itaju do Colônia um palanque para distribuição aos não-indígenas dos títulos das terras habitadas pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe, havia que se mostrar “que os índios existiam”. Dona Maura também desceu da aldeia, em direção ao centro da cidade.

“Eu estava de resguardo, com o menino pequeno no braço. Bahetá com pé inchado, Jorge Índio... todos foram. Quando arribamos a faixa, começaram as ameaças; nós trememos, baixamos. Carmelita pegou a faixa, mais meu marido, Davi, e arribou. Eu não vou mentir: eu tremia nesse tempo.” Dona Maura se lembra do sargento da vez, Raimundo, e dos políticos no palanque, entre os quais ACM. “Nós baixamos a faixa e viemos todos de cabeça baixa pra casa. Mas Carmelita e Davi tiveram coragem. Naquele tempo [naquele?] não tinha lei; a justiça era os homens que tinham dinheiro.”

Carmelita, mulher de Jorge Índio, também está aqui hoje – adoentada, lenço branco na cabeça. Chora ao lembrar do companheiro, presentificado no centro do malocão, em um retrato aí disposto por suas filhas. Mais tarde visitaremos seu túmulo, aos pés da sepultura de Bahetá. Ali, Dangi se exalta, ergue os punhos para dizer dos direitos ainda negados, crava os olhos em mim e é difícil sustentar o olhar. Dangi fica sendo em minha lembrança, sem contradição, as veias saltadas no braço erguido e o tom doce com que conversa comigo mais tarde, sua tentativa de me explicar o porquê de erguer os punhos. Eu sabia, Dangi, são infindáveis razões, e você não precisa – definitivamente, não deve – me pedir desculpa.

Porque vocês lutam desde antes de eu nascer. Na época em que dona Maura “não sabia que mulher índia lutava”. Desde antes de ela ir a Brasília, nos idos da Constituinte, e pegar “uns espelhos” nas indígenas envolvidas no movimento, como Maria Quitéria (Xukuru) e Maninha (Xukuru-Kariri). Quando de tudo ela tinha medo – “de falar errado, de mesa grande grã-fina”. Mas lhe encorajaram: para denunciar a situação que viviam, não haveria de dizer nada além do que sabia dizer e muito bem: “fala que você não tem terra, só dá aipim cozido pros seus filhos”. E ela disse, e diz.

“Eu já gerei enganada na barriga de minha mãe. Hoje eu não sou enganada. Porque já chega. Os anciões morreram enganados. Hoje nós não tá mais pra morrer enganado.”



| Da esq. para a dir., família de Jorge Índio junto a seu túmulo, meninas na aldeia Bahetá, nov. 2010 |

Invocação a Bahetá

Chego ao fim deste relato, concluindo que nada deveria ter escrito; bastava transcrever o que dona Maura disse à beira do túmulo de Bahetá, quando o canto ("Vem, Bahetá, com seu povo caminhar.") cedeu a sua voz. As palavras voando de sua boca ao encontro da fumaça das oferendas, a cabeça ligeiramente inclinada, mão na testa e meu choro certo:

"Bahetá foi uma índia que veio do mato. Foi conquistada pelo homem branco. Eles falaram que conquistaram Bahetá. Que conquista é essa, meu deus? Que Bahetá foi tirada de dentro de sua tribo, de sua mata, de dentro de sua natureza, aonde ela vivia com seus pezinhos no chão, comendo seu peixe dentro da mata, comendo sua caça, bebendo seu mel, tomando seus remédios, comendo o fruto da natureza, vivendo com tudo isso, sadia, uma mulher guerreira. Quando chega esses homens brancos, dizendo que foi conquistar Bahetá.

Que conquista é essa, meu pai? Que Bahetá foi presa dentro da sala – aí do lado, que só tá o cimento –, com as grades de ferro, junto com vários povos nossos, incluindo minha mãe Rosalina, meu pai Titiah e todos. Foi muito judiada, Bahetá. Daqui de Itaju do Colônia até Pau Brasil, tudo era nosso, nós andava na liberdade. Depois começaram as invasões, que foram tirando a liberdade do meu povo, foi tirando a sua cultura, foi tirando a sua religião, foi tirando a sua crença. Mas Bahetá veio da terra, da natureza, ela não perdeu a cultura. Eles atentaram, mas não conseguiram. Bahetá ainda viveu cento e poucos anos. Bahetá, nesse pedaço de chão de Itaju, foi muito judiada, foi queimada em fogueira, foi estuprada, foi maltratada, foi humilhada, passou fome. Mas ela resistiu, junto com nosso povo. Porque se não fosse a Bahetá, o que será de nós?, nós não tava mais aqui".